

CONTAS PÚBLICAS

Prefeitura prepara novas demissões para economizar R\$ 25 mi

Folha de pagamento compromete 53,69% da receita do município, e teto legal é de 54%

OSVALDO JÚNIOR

Com a meta de economizar R\$ 25 milhões na folha de pagamento até junho, a Prefeitura de Campo Grande não renovará parte dos contratos dos professores convocados para o próximo semestre e demitirá servidores de outras secretarias. A informação foi dada, ontem, pelo secretário de Administração, Wilson do Prado, que não precisou a quantidade de funcionários que serão desligados do município. O corte de pessoal visa reduzir o valor da folha de pagamento em relação à receita, que alcançou, no encerramento do primeiro quadrimestre deste ano, 53,69%, muito próximo do teto da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que é de 54%.

De acordo com o demonstrativo publicado ontem no Diário Oficial de Campo Grande (Diogrande), a despesa total com pessoal somou, de janeiro a abril, R\$ 1,304 bilhão, o correspondente a 53,69% da receita corrente líquida (RCL) do período, que foi de R\$ 2,428 bilhões. Esse índice supera o limite prudencial estabelecido pela LRF (de 51,3%). Em valores absolutos, a diferença é de R\$ 58,05 milhões. E para alcançar o teto (54%), faltam apenas R\$ 7,52 milhões. Caso estoure o comprometimento determinado pela lei, o município fica impedido de realizar novos contratos e receber recursos de transferências voluntárias, entre outras penalidades. Mas isso só ocorre se a administração não estiver adotando medidas para reverter o quadro.

É por essa razão que a prefeitura está cortando, de modo significativo, o desembol-

RECEITA X FOLHA
PREFEITURA DE CAMPO GRANDE

(janeiro a abril de 2015)

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	R\$ 2,428 bilhões
GASTO COM PESSOAL	R\$ 1,304 bilhão

RELAÇÃO FOLHA E RECEITA **53,69%**
Limite determinado por lei: **54%**



Fonte: Prefeitura Municipal de Campo Grande

so com a folha. Em março, a despesa com pessoal somou R\$ 108,6 milhões. Nos meses seguintes, o montante foi sendo reduzido ainda mais: abril, R\$ 97,7 milhões; maio, R\$ 96,4 milhões; e, em junho, a meta é recuar para R\$ 86,6 milhões.

Esse enxugamento da folha representa a centenas de servidores a perda de seus empregos. Conforme Wilson do Prado, cerca de 350 funcionários convocados e 500 efetivos comissionados foram demitidos em abril. Com isso, a prefeitura reduziu o gasto com pessoal em R\$ 14 milhões. Desse total, aproximadamente R\$ 6 milhões foram economizados da folha da Secretaria de Saúde Pública (Sesau).

Desta vez, o foco será a Secretaria de Educação (Semed). Wilson do Prado não informou quantos servidores serão desligados do quadro da prefeitura, mas disse como será, de modo geral, a estratégia a ser adotada. Segundo ele, parte dos efetivos, que estão trabalhando em funções ad-

ministrativas, voltarão para as salas de aula, ficando no lugar dos convocados, que não terão seus contratos renovados.

FECHAMENTO DO ANO

Com a concretização da meta de redução de R\$ 25 milhões da folha de pagamento, a prefeitura evitará terminar 2015 com as contas deficitárias. “Se não atingirmos a meta, vamos fechar o ano, com certeza, no vermelho”, disse o secretário-adjunto da Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Controle (Seplanfic), Ivan Jorge.

Além de diminuir os gastos, a prefeitura buscará aumentar a receita. Entre as medidas em estudo, está a adoção de novos Planos de Pagamento Incentivado (PPIs) para recuperar dívidas atrasadas relativas ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). No ano passado, os PPIs proporcionaram receita aproximada de R\$ 97 milhões aos cofres do município.



ÁLVARO REZENDE/ARQUIVO

CORTE. Desembolso da prefeitura da Capital com servidores somou R\$ 1,3 bilhão de janeiro a abril

Governo de MS elevou despesa em 5% e reduziu receita em 3%

Com desempenho da receita inferior ao da despesa, o governo de Mato Grosso do Sul encerrou o primeiro quadrimestre com queda de 65,8% no superavit primário (diferença entre o que arrecada e o que gasta). O valor caiu de R\$ 507,076 milhões, acumulados de janeiro a abril de 2014, para R\$ 173,29 milhões, relativos ao mesmo período deste ano. Os números foram publicados ontem, no Diário Oficial do Estado.

Conforme o balanço, a receita primária total (valores arrecadados pelo governo) foi de R\$ 3,851 bilhões na so-

ma dos quatro primeiros meses deste ano. Esse montante é 3,5% menor que o de igual intervalo de 2014, que foi de R\$ 3,99 bilhões.

A despesa primária total, por outro lado, cresceu, no mesmo período, 5,58%, de R\$ 3,483 bilhões para R\$ 3,677 bilhões.

Com isso, o saldo entre receita e despesa continuou positivo, mas caiu acentuadamente. A diferença, no mesmo comparativo, é de R\$ 333,785 milhões ou de -65,8%.

A receita do Estado diminuiu em razão, sobretudo, das contribuições (como previdenciária, por exem-

plo). A queda foi de 37%, de R\$ 95,883 milhões de janeiro a abril de 2014 para R\$ 60,286 milhões nos mesmos meses de 2015.

GASTO COM PESSOAL

Nos últimos 12 meses, fechando em abril deste ano, o governo desembolsou R\$ 6,001 bilhões com a folha de pagamento. O valor corresponde a 49,88% da receita corrente líquida (RCL) do período, que somou R\$ 8,126 bilhões.

O limite, estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para o governo estadual, é de 60%. **(OJ)**

GOVERNO FEDERAL

Medidas aumentam recursos da poupança para crédito habitacional

FOLHAPRESS

O governo federal anunciou novas medidas para incentivar o crédito imobiliário e compensar a falta de recursos da poupança para este fim. O Conselho Monetário Nacional (CMN) alterou as normas sobre direcionamento dos recursos captados em depósitos de poupança para a habitação.

O dinheiro da poupança obrigatório para a habitação só poderá ser usado em CRI (certificados de recebíveis imobiliários) que tiveram como lastro financiamentos dentro do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), ou seja, empréstimos para pessoas físicas para imóveis de até R\$ 750 mil nas grandes capitais.

Até então, era permitido aplicar o dinheiro em qualquer tipo de financiamentos imobiliários, inclusive em grandes empreendimentos comerciais.

O conselho também restringiu a aplicação nesse tipo de papel (com o fim de um bônus de 20%). Também não será mais possível aplicar esses recursos em cotas de fundo de investimento imobiliário, cotas de fundos de investimento em direitos creditórios, debêntures, carta garantia de CRI, entre outros instrumentos que recebiam dinheiro da poupança também.

LETRAS

O CMN também fixou novas regras para emissão de letras de crédito imobiliário e do agronegócio, as LCIs e LCAs.

Ampliou-se o prazo mínimo de vencimento e resgate das LCI, de 60 dias para 90 dias. E foi fixado prazos mínimos de vencimento e resgate de 90 dias para as LCAs. Hoje, não

há prazo. Essas regras aplicam-se somente às operações realizadas desde ontem.

A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima) apoiou as mudanças de prazo de vencimento e resgate das LCIs (letras de crédito imobiliário) e LCAs (letras de crédito do agronegócio). “As medidas anunciadas, ontem, pelo Banco Central, sobre direcionamento de recursos e condições de emissão das LCIs e das LCAs, representam um passo para a harmonização dos instrumentos de investimento e poupança em longo prazo, pleito defendido pela Anbima”, disse a presidente da instituição, Denise Pavarina, em nota.

Segundo Denise, a entidade entende que as mudanças “têm como objetivo equili-

brar o trinômio risco-retorno-liquidez, processo que exige gradualismo”.

“A correção das imperfeições e das assimetrias integra uma agenda mais ampla e complexa, para a qual a Anbima mantém-se à disposição para o diálogo com representantes do setor público”, concluiu.

EQUILÍBRIO

Segundo o diretor de Regulação do BC, Otávio Ribeiro Damaso, essas medidas têm o objetivo de equilibrar a captação desses instrumentos. As medidas aplicam-se apenas às operações realizadas após a publicação da resolução. Ele explicou ainda que essas mudanças vão no sentido de incentivos e de simplificação e exclui algumas possibilidades de operações.



VALDENIR REZENDE/ARQUIVO

IMÓVEIS. Mudanças querem garantir mais recursos para o setor